

| | | |
|---|-----------------------|----------------------|
| MEMÓRIA DA 10ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO – CTPA CONJUNTA COM O GRUPO DE TRABALHO PLANO DA BACIA GESTÃO 2019-2021 | | |
| DATA: 02/12/2019 | HORÁRIO: 09h30 | LOCAL: FABHAT |

| LISTA DE PRESENÇA – CTPA (02/12) | |
|---|-----------------------------|
| Entidade | Nome |
| SABESP | Silene Cristina Bapostelli |
| DAEE | Josué Marcos Barranco |
| CETESB | Maria Emília |
| CETESB | Richard Hiroshi Ouno |
| CETESB | Lilian Barrella Peres |
| IPT | José Luiz Albuquerque Filho |
| SIMA | Laura Stela |
| Prefeitura Municipal de Salesópolis | Solange Wuo Franco Ribeiro |
| Prefeitura Municipal de Suzano | Natacha Nakamura |
| Prefeitura Municipal de Caieiras | Reginaldo Pereira Lima |
| UFABC | Camila Clementina Arantes |
| CIESP Alto Tietê | Ricardo de Aguiar Quadros |
| CONVIDADOS | |
| Entidade | Nome |
| SABESP | Nilton de Santana |
| PM de Caieiras | Sidnei de Moraes |
| FABHAT/ Secretaria Executiva | Ana Sedlacek |
| FABHAT/ Secretaria Executiva | Larissa Cristina Silva |
| FABHAT | Beatriz Vilera |
| FABHAT | Valburg Sousa Santos Júnior |
| FABHAT | Mayara Trivinho |
| AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS | |
| CETESB | Marta Emerich |

ASSUNTOS TRATADOS:

Josué Barranco (DAEE) iniciou a reunião às 9h40 e agradeceu a presença de todos. Informou que a pauta seria a aprovação do Plano de Ações e Programa de Investimentos 2020-2023.

Beatriz Vilera (FABHAT) contextualizou que ocorreram 2 reuniões do GT Plano para discussão, considerando as ações FEHIDRO, recomendadas e setoriais. Informa também que restaram algumas ações a serem discutidas em reunião conjunta.

José Luiz (IPT) sugere que as pessoas que tiverem considerações devem se manifestar.

Josué concorda com a sugestão e acrescenta que todos os segmentos presentes na reunião devem apresentar suas demandas. Portanto dá a palavra aos representantes do Município, Sociedade Civil e Estado.

Solange Wuo (PM de Salesópolis) informou que teve a oportunidade de transmitir aos municípios do CONDEMAT as discussões do Plano de Bacia e acrescentou sobre sua preocupação com relação à Educação Ambiental, como representante da CTEA. Portanto, solicitou a inclusão do PDC 8.3 no Plano, sobre capacitação em boas práticas agrícolas para redução da contaminação e geração de cargas difusas. Outra questão defendida também se refere ao sistema integrado de monitoramento em água subterrânea. Todos concordaram com a inclusão da ação 8.3 e José Luiz disse que também iria defender as questões das águas subterrâneas, portanto esse tema ficou para mais adiante.

Sidney (PM de Caieiras) mostrou seu descontentamento sobre a não habilitação do projeto Caieiras Sustentável – Construção de Central de Reciclagem, apresentado pela prefeitura de Caieiras na 3ª Chamada do FEHIDRO. Acrescenta também a falta de ações para desassoreamento, mostrando a necessidade no rio Juquery e sobre a questão dos resíduos sólidos.

Reginaldo Pereira (PM de Caieiras) disse que teve uma experiência muito boa com a UFABC, que através de uma parceria, elaborou-se uma carta de uso e ocupação do solo do município de Caieiras. E reitera sobre a importância da capacitação para utilização dos Planos a serem desenvolvidos.

Camila Clementina (UFABC) concordou com a colocação de Reginaldo e informou que na UFABC tem o curso de Engenharia Ambiental e Urbana e Planejamento Ambiental, o que pode dar muito subsídio às necessidades dos municípios através de parcerias.

Natacha Nakamura (PM de Suzano) perguntou se o texto nas ações do subPDC 3.1 sobre saneamento básico foi adequado. Justificou que o texto estava na seguinte redação: “Execução de projetos e obras para implantação de sistemas de coleta, transporte e tratamento de esgotos nas áreas de mananciais”. E que o termo “execução de projetos” ocasionava confusão no sentido da expressão, e que nas discussões da Câmara Técnica da Gestão de Investimentos haviam duas interpretações:

- Se referia somente a obras;
- Se referia a obras e elaboração de projetos.

O texto foi alterado, deixando claro o seu critério: “Elaboração de projetos (básico e/ou executivos) e execução de obras (...)”.

José Luiz solicita que no subPDC 1.4 seja incluído ações sobre a rede de monitoramento de qualidade e quantidade de águas subterrâneas, além da água superficial que já estava previsto. Subsidiu seu levantamento colocando em questão o conflito pelo uso da água para abastecimento público e agricultura.

Lilian se posicionou que o monitoramento para água superficial e subterrânea são distintos e as ações a serem escolhidas devem estar de acordo com as criticidades apontadas no PBHAT, onde verifica-se que a água superficial tem maior criticidade em quantidade e qualidade.

Beatriz esclareceu que é possível mudar ou incluir alguma ação desde que esteja dentro do prognóstico e justificada.

Após as discussões, ficou acordado acrescentar uma ação para monitoramento da água subterrânea.

Laura Stela (SIMA) questionou sobre qual é o critério para determinar a prioridade entre as ações. Beatriz explicou que utilizou como base a Deliberação 188/2016, respeitando os critérios para elaboração do PA/PI:

- Até 25% dos investimentos nos PDC's 1 e 2;
- No mínimo 60% dos investimentos em 3 PDC's considerados prioritários;
- Até 15% nas demais ações do Plano da Bacia, em PDCs a critério dos CBHs.

Prosseguiu informando que tomou como base os PDC's considerados prioritários no PBHAT (3, 5 e 7), mas que isso poderia modificar de acordo com a discussão. Porém, todos concordaram em manter os PDC's 3, 5 e 7 como prioritários.

Outra questão debatida foi a dificuldade de acompanhamento das ações para elaboração do Relatório de Situação.

Hélio Suleiman (FABHAT) sugeriu indicar com uma cor distinta as ações que apresentam dificuldades de encontrar seus atores. E tentar uma maior aproximação aos órgãos que não são tão próximos ao Comitê.

Portanto, diante do discutido, o Plano de Ação e Programa de Investimentos do Comitê da Bacia do Alto Tietê, 2020-2023, foi aprovado pela Câmara Técnica de Planejamento e Articulação (anexo I).

As ações FEHIDRO totalizaram R\$ 258.050.000,00 para o período 2020-2023, sendo que a Beatriz Vilera ficou responsável de adicionar as ações setoriais para o período, conforme PBHAT, para posterior encaminhamento ao Plenário do CBH-AT.

A reunião se encerrou às 16h30.

Anexo I – Plano de Ações 2020-2023

| subPDC | Meta | Ação | Recursos financeiros (R\$) - TOTAL | Fonte |
|--------------------------------------|---|---|------------------------------------|-------------------|
| 1.1 - Bases e Sistemas de Informação | Sala de situação adequada para acompanhamento de dados de monitoramento e fiscalização da BAT | Ampliação e aprimoramento de sala de situação para recebimento, armazenamento e acompanhamento dos dados de monitoramento e fiscalização da BAT | R\$ 2.500.000,00 | CFURH |
| 1.1 - Bases e Sistemas de Informação | SIBAT implantado e operacional, com site público disponível e dados atualizados | Sistema de Informações da BAT (SIBAT) - Concepção, estruturação, implantação e operacionalização de um sistema informatizado de suporte a decisão com bases e infraestrutura de dados, compartilhados ou não, abrangendo o Sistema de Gerenciamento de Informações (SGI) previsto nas leis específicas, de modo articulado e interativo com os sistemas de informação e bases de dados dos órgãos estaduais e municipais. | R\$ 8.000.000,00 | CFURH |
| 1.1 - Bases e Sistemas de Informação | Sistema integrado consolidado e operante | Consolidação de um sistema integrado de cadastros, outorgas e licenciamento ambiental para a cobrança | R\$ 1.000.000,00 | CFURH |
| 1.2 - Apoio ao planejamento | Indicadores de drenagem incorporados ao Relatório de Situação em ao menos 4 sub-bacias monitoradas | Estabelecimento e monitoramento de indicadores de drenagem, incorporando-os nos Relatórios de Situação da BAT | R\$ 750.000,00 | Cobrança Estadual |
| 1.2 - Apoio ao planejamento | Seleção das áreas prioritárias para investimentos em recuperação da qualidade ambiental | Mapeamento de áreas prioritárias para compensações ambientais, reflorestamento e enriquecimento florestal em áreas de mananciais e APPs | R\$ 2.000.000,00 | Cobrança Estadual |
| 1.2 - Apoio ao planejamento | Ao menos 2 (dois) Planos Municipais compatibilizados com diretrizes metropolitanas de macrodrenagem estabelecidas no PDMAT 3 | Elaboração de Planos Diretores Municipais para manejo de águas pluviais (ou inserção do tema nos Planos Municipais de Saneamento), em consonância com as diretrizes metropolitanas do PDMAT 3 | R\$ 4.000.000,00 | Cobrança Estadual |
| 1.4 - Monitoramento | Melhoria ou novos sistemas de alerta | Apoio a sistemas públicos de alertas de eventos críticos de qualidade e quantidade da água | R\$ 1.800.000,00 | Cobrança Estadual |
| 1.4 - Monitoramento | Aumento no número de estações de monitoramento qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos superficiais da BAT | Aprimoramento e ampliação das redes de monitoramento de quantidade e qualidade das águas superficiais da BAT | R\$ 4.000.000,00 | Cobrança Estadual |
| 1.4 - Monitoramento | Aumento no número de estações de monitoramento qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos subterrâneos da BAT | Aprimoramento e ampliação da rede de monitoramento de quantidade e qualidade de águas subterrâneas | R\$ 1.800.000,00 | Cobrança Estadual |
| 1.4 - Monitoramento | Operacionalização do sistema quali-quantitativo integrado de monitoramento das águas superficiais | Implantação de sistema integrado de monitoramento de quantidade e qualidade das águas superficiais | R\$ 4.000.000,00 | Cobrança Estadual |
| 1.5 - Disponibilidade | Estudo realizado e validado | Elaboração de estudos detalhados para determinação das disponibilidades hídricas subterrâneas para redução da demanda superficial | R\$ 1.500.000,00 | Cobrança Estadual |
| 1.6 - Legislação | Minutas das Leis Específicas dos mananciais Guaió, Cabuçu e Tanque Grande aprovadas, e atualização das Leis Específicas das APRMs | Elaboração das Minutas das Leis Específicas do Guaió, Cabuçu, Tanque Grande, e aperfeiçoamento das demais Leis Específicas. | R\$ 0,00 | |
| 1.7 - Fontes de poluição | Estudo realizado e validado | Estudo para avaliação da relação entre ocorrência de contaminantes em aquíferos e a superexploração de poços | R\$ 1.000.000,00 | CFURH |

| subPDC | Meta | Ação | Recursos financeiros (R\$) - TOTAL | Fonte |
|------------------------------|---|---|------------------------------------|-------------------|
| 2.2 - Outorga | 95% dos cadastros de usuários atualizados e regularizados | Incentivo ao cadastro/outorga para usuários de recursos hídricos não cadastrados/outorgados, regularização dos usuários, e manutenção de banco de dados atualizado e completo | R\$ 4.500.000,00 | CFURH |
| 2.2 - Outorga | Estruturação da fiscalização de poços irregulares e regularização de outorgas | Estruturação da fiscalização e de instrumentos para coibir a implantação de poços irregulares, sobretudo nas áreas com elevados índices de exploração das águas subterrâneas | R\$ 2.000.000,00 | CFURH |
| 2.3 - Cobrança | Cobrança de usos rurais implementada | Implementação da cobrança para usos rurais quando da sua regulamentação | R\$ 0,00 | |
| 3.1 - Sist. esgotamento | Melhoria nos índices de esgotamento sanitário da BAT (coleta e tratamento de 95% do esgoto gerado na BAT no médio/longo prazo) | Elaboração de projetos (básicos e/ou executivos) e execução de obras para implantação de sistemas de coleta, transporte e tratamento de esgotos, prioritariamente, nas áreas de mananciais e nos municípios que possuem índice de coleta inferior a 70%, conforme Relatório de Situação da BAT. | R\$ 47.000.000,00 | Cobrança Estadual |
| 3.1 - Sist. esgotamento | Saneamento básico implementado em áreas de assentamentos precários | Elaboração de projetos (básicos e/ou executivos) e execução de obras de esgotamento sanitário vinculados à promoção da urbanização de assentamentos precários de interesse social em áreas de manancial | R\$ 15.000.000,00 | Cobrança Estadual |
| 3.1 - Sist. esgotamento | Adequação da capacidade de tratamento de esgotos à produção de esgotos da área do sistema de esgotamento metropolitano | Aumento da capacidade de tratamento de esgotos, para a universalização do serviço | R\$ 4.000.000,00 | Cobrança Estadual |
| 3.1 - Sist. esgotamento | 1.000 fossas negras substituídas por fossas sépticas | Substituição das fossas negras e outros métodos impróprios de esgotamento sanitário existentes por Unidades de Saneamento Individual nos núcleos isolados pouco adensados, conforme normas técnicas pertinentes, com devido cadastramento dos usuários de fossas sépticas | R\$ 3.000.000,00 | Cobrança Estadual |
| 3.2 - Sist. de resíduos | Viabilização de alternativas de tratamento e manejo de resíduos sólidos domiciliares para redução de impactos nos recursos hídricos | Implantação de sistemas de tratamento de resíduos sólidos domiciliares (triagem, compostagem, transbordo, logística reversa, reciclagem) e de disposição final, nos casos em que há comprometimento dos recursos hídricos | R\$ 12.000.000,00 | Cobrança Estadual |
| 4.1 - Proteção de mananciais | Sistemas integrados de fiscalização implementados em todas as áreas de mananciais da BAT | Estruturação e aplicação de sistemas integrados de fiscalização do uso do solo em áreas de mananciais, através de parcerias entre o Estado e os municípios | R\$ 10.000.000,00 | Cobrança Estadual |
| 4.1 - Proteção de mananciais | Aplicação do MQUAL em todas APRMs da BAT | Aplicação do MQUAL nas APRMs | R\$ 2.500.000,00 | Cobrança Estadual |
| 4.1 - Proteção de mananciais | Publicação/atualização de pelo menos 4 (quatro) Planos de Manejo de Unidades de Conservação de Proteção Integral inseridas na BAT | Elaboração e Revisão dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação, especialmente àquelas de Proteção Integral, e prioritariamente em áreas de mananciais | R\$ 4.000.000,00 | Cobrança Estadual |
| 4.2 - Cobertura vegetal | APPs e várzeas recuperadas em suas funções de proteção dos recursos hídricos | Recomposição vegetal em APPs, várzeas e áreas de mananciais | R\$ 13.000.000,00 | Cobrança Estadual |
| 4.2 - Cobertura vegetal | Avaliação da área de cobertura vegetal nas áreas de mananciais Busca do atendimento às metas definidas nos PDPAs dos Mananciais da BAT | Acompanhamento dos indicadores de cobertura vegetal definidos pela legislação de mananciais | R\$ 1.800.000,00 | Cobrança Estadual |

| subPDC | Meta | Ação | Recursos financeiros (R\$) - TOTAL | Fonte |
|-------------------------------|--|--|------------------------------------|-------------------|
| 5.1 - Controle de perdas | Redução de perdas físicas nos sistemas de abastecimento para menos de 14% por setor de abastecimento, no longo prazo | Execução de ações estruturais para redução de perdas no Sistema de Abastecimento Público (desde que previstas em Plano de Controle e Redução de Perdas), prioritariamente nos municípios com maiores índices de perdas, conforme Relatório de Situação Anual da BAT. | R\$ 18.200.000,00 | Cobrança Estadual |
| 7.2 - Mitigação de inundações | Execução das obras para redução de ocorrências de eventos extremos de cheia | Elaboração de projetos (básicos e/ou executivos) e execução de obras previstos no PDMAT 3 | R\$ 81.000.000,00 | Cobrança Estadual |
| 8.1 - Capacitação técnica | Capacitação das entidades das instâncias do CBH-AT sobre gestão de recursos hídricos | Capacitação Técnica na aplicação integrada dos instrumentos de gestão de recursos hídricos | R\$ 1.400.000,00 | Cobrança Estadual |
| 8.1 - Capacitação técnica | Melhoria nas condições de sistemas isolados e individuais de esgotamento sanitário como resultado de manutenções mais frequentes e cuidados na operação das fossas sépticas | Capacitação da população rural e de núcleos isolados para operação e manutenção de fossas sépticas | R\$ 1.000.000,00 | Cobrança Estadual |
| 8.1 - Capacitação técnica | Aumento na eficiência da utilização de água em áreas rurais | Promoção de capacitação da população rural em técnicas de irrigação e boas práticas agrícolas no que se refere aos recursos hídricos | R\$ 1.800.000,00 | Cobrança Estadual |
| 8.1 - Capacitação técnica | Capacitação de todos municípios da BAT | Capacitação para os municípios da Bacia do Alto Tietê na identificação de vulnerabilidades e proposição de medidas de adaptação para prevenção dos efeitos das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos | R\$ 1.500.000,00 | Cobrança Estadual |
| 8.3 - Comunicação | Plano de Sinalização e Identificação Visual concluído e publicado no prazo estabelecido, subsidiando a implantação da sinalização ambiental. | Elaboração de Plano de Sinalização e Identificação Visual dos Mananciais e dos Recursos Hídricos na BAT | R\$ 1.000.000,00 | Cobrança Estadual |
| 8.3 - Comunicação | Ao menos 1 (um) município com boas práticas agrícolas divulgadas e com projeto piloto implementado Melhoria nos índices de qualidade dos corpos hídricos próximos a áreas agrícolas (principalmente relativos à concentração de nutrientes) | Capacitação em boas práticas agrícolas para redução da contaminação e geração de cargas difusas | R\$ 1.000.000,00 | CFURH |
| TOTAL | | | R\$ 258.050.000,00 | |